

TJ-RN

Cargo -

ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: JUDICIÁRIA –
ESPECIALIDADE: DIREITO



Editais verticalizados

Tribunal de Justiça do Rio
Grande do Norte

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

Interpretação e Compreensão de texto.

Organização estrutural dos textos.

Marcas de textualidade: coesão, coerência e intertextualidade.

Tipos textuais: descrição, narração, exposição, argumentação e injunção; características específicas de cada tipo.

Gêneros textuais e domínios discursivos: textos informativos, publicitários, propagandísticos, normativos, didáticos e divinatórios; características específicas de cada gênero.

Textos literários e não literários.

Tipologia da frase portuguesa.

Estrutura da frase portuguesa: operações de deslocamento, substituição, modificação e correção.

Problemas estruturais das frases. Norma culta.

Pontuação e sinais gráficos.

Organização sintática das frases: termos e orações.

Ordem direta e inversa.

Tipos de discurso. Registros de linguagem.

Funções da linguagem.

Elementos dos atos de comunicação.

Estrutura e formação de palavras. Formas de abreviação.

Classes de palavras; os aspectos morfológicos, sintáticos, semânticos e textuais de substantivos, adjetivos, artigos, numerais, pronomes, verbos, advérbios, conjunções e interjeições; os modalizadores.

Semântica: sentido próprio e figurado; antônimos, sinônimos, parônimos e hiperônimos.

Polissemia e ambiguidade.

Os dicionários: tipos; a organização de verbetes.

Vocabulário: neologismos, arcaísmos, estrangeirismos; latinismos.

Ortografia e acentuação gráfica.

A crase.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Constituição do Estado do Rio Grande Do Norte (Texto promulgado em 3 de outubro de 1989 e atualizado até a Emenda Constitucional nº 22, de 11 de maio de 2022).

Lei Complementar nº 715, de 21 de junho de 2022 (Compilada a partir da edição dos seguintes Atos Normativos: Resolução nº 43, de 27 de julho de 2022, Resolução nº 51, de 10 de agosto de 2022, Resolução nº 64, de 22 de setembro de 2022, Resolução nº 69, de 3 de novembro de 2022, Resolução nº 79, de 14 de dezembro de 2022 e atualizada pela Lei Complementar nº 727, de 14 de dezembro de 2022).

Lei Complementar nº 643, de 21 de dezembro de 2018 (Compilada a partir da edição dos seguintes Atos Normativos: Lei Complementar Estadual nº 680, de 7 de junho de 2021; Resolução nº 03, de 25 de fevereiro de 2021, do TJRN; Resolução nº 8, de 24 de março de 2021, do TJRN; Resolução nº 15, de 19 de maio de 2021, do TJRN; Resolução nº 33, de 25 de agosto de 2021, do TJRN; Resolução nº 39, de 20 de outubro de 2021, do TJRN; Resolução nº 47, de 1º de dezembro de 2021, do TJRN; Resolução nº 5, de 1º de fevereiro de 2022; Resolução nº 9, de 9 de março de 2022, do TJRN; Lei Complementar Estadual nº 709, de 27 de maio de 2022; Lei Complementar Estadual nº 715, de 21 de junho de 2022; Resolução nº 42, de 27 de julho de 2022, do TJRN; Resolução nº 52, de 10 de agosto de 2022, do TJRN; Resolução nº 62, de 22 de setembro de 2022, do TJRN; e Resolução nº 69, de 3 de novembro de 2022, do TJRN).

Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte (Atualizado até a Emenda Regimental nº 35, de 14 de novembro de 2022).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Direito Constitucional

Constituição: conceito, objeto, elementos e classificações; supremacia da Constituição; aplicabilidade das normas constitucionais.

Interpretação do texto constitucional.

Poder Constituinte: originário, derivado e decorrente.

Princípios fundamentais. Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos; direitos sociais; nacionalidade; direitos políticos; partidos políticos. Organização do Estado: organização político administrativa: União; Estados federados; Municípios; Distrito Federal; Territórios; intervenção.

Administração Pública: disposições gerais; servidores públicos; militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

Organização dos poderes no Estado: Poder Legislativo: estrutura, funcionamento e atribuições;

Comissões Parlamentares de Inquérito;

Tribunal de Contas do Estado: composição e competência.

Processo legislativo;

Poder Executivo: Presidente da República: atribuições, prerrogativas e responsabilidades; Ministros de Estado; Conselho da República e de Defesa Nacional.

Poder Judiciário: disposições gerais; órgãos do Poder Judiciário: organização e competências; Conselho Nacional de Justiça (CNJ);

funções essenciais à Justiça: Ministério Público: princípios, garantias, vedações, organização e competências;

advocacia pública: advocacia e defensoria pública;

controle de constitucionalidade: sistemas gerais e sistema brasileiro; controle incidental ou concreto; controle abstrato de constitucionalidade; Ação Declaratória de Constitucionalidade; Ação Direta de Inconstitucionalidade; Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental; Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão; Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva; controle concreto e abstrato de constitucionalidade do direito estadual. Súmula Vinculante.

Defesa do Estado e das instituições democráticas.

Sistema Tributário Nacional: princípios gerais, limitações do poder de tributar, impostos da União, dos Estados e dos Municípios.

Ordem social.

Habeas corpus. Mandado de segurança. Mandado de injunção. Habeas data.

Direito Administrativo

Estado, governo e Administração Pública: conceitos, elementos, poderes e organização; natureza, fins e princípios.

Direito Administrativo: conceito, fontes e princípios.

Administração direta e indireta.

Órgãos públicos. Entidades do Terceiro Setor.

Agentes públicos.

Servidores públicos civis.

Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Cíveis do Rio Grande do Norte (Lei complementar estadual nº 122/1994).

Processo Administrativo (Lei Federal nº 9.784/1999 e Lei complementar estadual nº 303/2005). Poderes administrativos.

Ato administrativo. Segurança jurídica e eficiência na criação e na aplicação do Direito Público (Lei nº 13.655/2018).

Decreto-Lei nº 4.657/1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Serviços públicos.

Bens Públicos.

Controle e responsabilização da administração: controle administrativo; controle judicial; controle legislativo; controle pelos Tribunais de Contas.

Improbidade Administrativa.

Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013).

Responsabilidade civil do Estado.

Intervenção do Estado na Propriedade.

Licitação e Contratos. Lei nº 14.133/2021. Contratos administrativos: conceito, peculiaridades e interpretação. Formalização, execução, inexecução, revisão e rescisão.

PPP – Parceria Público-Privada (Lei Federal nº 11.079/2004).

Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015).

Direito Civil

Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro: vigência, aplicação, interpretação e integração das leis; conflito das leis no tempo, eficácia da lei no espaço.

Pessoas naturais: personalidade, capacidade, direitos da personalidade, ausência.

Pessoas jurídicas.

Domicílio.

Bens: classes.

Fato jurídico. Atos jurídicos lícitos e ilícitos.

Negócio jurídico.

Prescrição e decadência.

Prova.

Obrigações: características, espécies, transmissão, adimplemento, extinção e inadimplemento.

Contratos: disposições gerais, extinção e espécie de contratos regulados no Código Civil.

Atos unilaterais.

Responsabilidade civil.

Títulos de Crédito. Empresário.

Sociedade: sociedades não personificadas, sociedades personificadas.

Estabelecimento. Institutos complementares: registro, nome empresarial, prepostos, escrituração.

Posse.

Direitos reais: propriedade, superfície, servidões, usufruto, uso, habitação, direito do promitente comprador.

Direitos reais de garantia.

Direito de laje.

Direito de família: casamento, relações de parentesco, regime de bens entre os cônjuges, usufruto e administração dos bens de filhos menores.

Alimentos. Bem de família. União Estável. Concubinato.

Tutela, curatela e tomada de decisão apoiada.

Direito das sucessões: sucessão em geral, sucessão legítima e testamentária. Inventário e partilha.

Investigação de paternidade (Lei nº 8.560/1992).

Alimentos (Lei nº 5.478/1968).

Alimentos gravídicos (Lei nº 11.804/2008).

Bem de família (Lei nº 8.009/1990).

Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990): disposições preliminares, conceito do princípio da proteção integral e direitos fundamentais.

Direito à convivência familiar e comunitária: procedimentos, colocação da criança ou do adolescente em família substituta, guarda, tutela, adoção, perda e suspensão do poder familiar, autorização para viagem de criança ou adolescente.

Inquilinato (Lei nº 8.245/1991).

Locação: disposições gerais e especiais.

Procedimentos: disposições gerais e ação de despejo.

Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990): direitos do consumidor.

Relação de consumo; direitos básicos do consumidor; responsabilidade pelo fato e por vícios dos produtos e serviços e excludentes de responsabilidade civil nas relações de consumo; prescrição e decadência; práticas comerciais, proteção contratual, prevenção e tratamento do superendividamento defesa do consumidor em juízo.

Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003).

“Lei da Usura” (Decreto nº 22.626/1933).

Direitos autorais (Lei nº 9.610/1998).

Alienação fiduciária de bens móveis (Decreto-Lei nº 911/1969).

Alienação fiduciária de bens imóveis (Lei nº 9.514/1997).

Patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias, Letra de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Imobiliário,

Cédula de Crédito Bancário (Lei nº 10.931/2004).

Registros Públicos (Lei nº 6.015/1973).

Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015).

Lei de transplantes (Lei nº 9.434/1997).

Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001).

Parcelamento do Solo Urbano (Lei nº 6.766/1979).

“Lei do distrato” (Lei nº 13.786/2018).

Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018).

Lei de Liberdade Econômica (Lei nº 13.874/2019).

Regime Jurídico Emergencial e Transitório das relações jurídicas de Direito Privado (Lei nº 14.010/2020).

Provimentos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nº 16/2012; 63/2017; 73/2018; 83/2019.

Entendimentos sumulados pelo Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça.

Direito Processual Civil

Lei nº 13.105 de 2015 (Novo Código de Processo Civil). Das Normas Fundamentais e da Aplicação das Normas Processuais.

Jurisdição e ação; Condições e elementos da ação; Partes e procuradores; capacidade processual; deveres das partes e dos seus procuradores; deveres; responsabilidade das partes por dano processual; despesas, honorários advocatícios e multas; da gratuidade de justiça; procuradores; sucessão e substituição das partes e dos procuradores.

Ministério Público, Advocacia Pública e Defensoria Pública.

Órgãos judiciários e auxiliares da Justiça; Competência; competência internacional; competência interna; competência em razão do valor e da matéria; competência funcional; competência territorial; modificações da competência; declaração de incompetência.

Juiz; poderes, deveres e responsabilidade do juiz; impedimentos e da suspeição.

Auxiliares da Justiça; serventuário e oficial de justiça; perito; depositário e administrador; intérprete; dos conciliadores e mediadores judiciais.

Atos processuais; forma dos atos processuais; atos em geral; atos da parte; atos do juiz; atos do escrivão ou do chefe de secretaria.

Tempo e lugar dos atos processuais; tempo; lugar; prazos; disposições gerais; verificação dos prazos e das penalidades; comunicações dos atos; disposições gerais; cartas; citações; intimações; nulidades; outros atos processuais; distribuição e registro; valor da causa.

A tutela provisória; da tutela de urgência e de evidência; Formação, suspensão e extinção do processo; formação do processo; suspensão do processo; extinção do processo.

Processo e procedimento.

Disposições gerais; Procedimento comum; petição inicial; requisitos da petição inicial; pedido; indeferimento da petição inicial.

Da audiência de conciliação e mediação; Resposta do réu; disposições gerais; contestação; incompetência; impedimento e suspeição; reconvenção.

Revelia; providências preliminares; efeito da revelia; declaração incidente; fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do pedido; alegações do réu.

Julgamento conforme o estado do processo; extinção do processo; julgamento; Provas; disposições gerais; depoimento pessoal; confissão; exibição de documento ou coisa; prova documental; força probante dos documentos; arguição de falsidade; produção da prova documental; prova testemunhal; admissibilidade e valor da prova testemunhal; produção da prova testemunhal; prova pericial; inspeção judicial.

Audiência; disposições gerais; conciliação; instrução e julgamento.

Sentença e coisa julgada; requisitos e efeitos da sentença; coisa julgada; liquidação de sentença; cumprimento da sentença.

Recursos; disposições gerais; apelação; agravo de instrumento; agravo interno; embargos de declaração; recursos para o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça; recursos ordinários; recurso extraordinário e recurso especial.

Ordem dos processos no tribunal.

Precedentes judiciais; súmulas vinculantes; do incidente de assunção de competência; do incidente de resolução de demandas repetitivas; da reclamação; da ação rescisória;

Processo de execução; execução em geral; partes; competência; requisitos necessários para realizar qualquer execução; inadimplemento do devedor; título executivo; responsabilidade patrimonial; diversas espécies de execução; disposições gerais; execução para a entrega da coisa; entrega de coisa certa; entrega de coisa incerta; execução das obrigações de fazer e de não fazer; obrigação de fazer; obrigação de não fazer; disposições comuns às seções precedentes; execução por quantia certa contra devedor solvente; penhora; avaliação e da expropriação de bens; disposições gerais; citação do devedor e da indicação de bens; penhora e do depósito; penhora de créditos e de outros direitos patrimoniais; penhora; depósito e avaliação; adjudicação; alienação por iniciativa particular; alienação em hasta pública; pagamento ao credor; disposições gerais; entrega do dinheiro; adjudicação de imóvel; usufruto de móvel ou imóvel; execução contra a fazenda pública; execução de prestação alimentícia.

Embargos do devedor; disposições gerais; embargos

à execução contra a Fazenda Pública; embargos à execução; embargos na execução por carta.

Execução por quantia certa contra devedor insolvente; insolvência; insolvência requerida pelo credor; insolvência requerida pelo devedor ou pelo seu espólio; declaração judicial de insolvência; atribuições do administrador; verificação e classificação dos créditos; saldo devedor; extinção das obrigações; disposições gerais.

Remição.

Suspensão e extinção do processo de execução; suspensão; extinção.

Direito Penal

Fontes do direito penal: Princípios aplicáveis ao direito penal.

Aplicação da lei penal.

A lei penal no tempo e no espaço.

Tempo e lugar do crime.

Lei penal excepcional, especial e temporária.

Territorialidade e extraterritorialidade da lei penal.

Pena cumprida no estrangeiro.

Eficácia da sentença estrangeira.

Contagem de prazo.

Interpretação da lei penal. Analogia.

Irretroatividade da lei penal.

Conflito aparente de normas penais.

Crime: classificação, teorias, o fato típico e seus elementos, relação de causalidade, superveniência de causa independente, relevância da omissão,

crime consumado e tentado, pena da tentativa,

desistência voluntária e arrependimento eficaz, arrependimento posterior,

crime impossível, crime doloso, culposo e preterdoloso, agravação pelo resultado, concurso de crimes,

erro sobre elementos do tipo, discriminantes putativas, erro determinado por terceiro, erro sobre a pessoa,

erro sobre a ilicitude do fato (erro de proibição), coação irresistível e obediência hierárquica, ilicitude e causas de exclusão, excesso punível.

Culpabilidade, teorias, elementos e causas de exclusão.

Imputabilidade penal.

Concurso de pessoas.

Penas: espécie, cominação, aplicação, suspensão condicional da pena, livramento condicional, efeitos da condenação, reabilitação, execução das penas em espécie e incidentes de execução.

Medidas de segurança.

Ação penal.

Punibilidade e

causas de extinção.

Crimes em espécie: contra a pessoa,

contra o patrimônio,

contra a dignidade sexual,

contra a família,

contra a incolumidade pública,

contra a paz pública,

contra a fé pública,

contra a Administração Pública.

Abuso de autoridade (Lei nº 13.869/2019).

Execução Penal (Lei nº 7.210/1984).

Preconceito Racial (Lei nº 7.716/1989).

Crimes praticados contra a criança e o adolescente (Lei nº 8.069/1990).

Crimes hediondos (Lei nº 8.072/1990).

Crimes em licitações e contratos administrativos (Lei nº 14.133/2021).

Crimes de tortura (Lei nº 9.455/1997).

Crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores (Lei nº 9.613/1998).

Crimes contra idosos (Lei nº 10.741/2003).

Crimes previstos no estatuto do desarmamento (Lei nº 10.826/2003).

Violência doméstica (Lei nº 11.340/2006).

Lei Antidrogas (Lei nº 11.343/2006).

Organizações criminosas (Lei nº 12.850/2013).

Lei Anticrime (Lei nº 13.964/2019).

Crimes de trânsito (Lei nº 9.503/1997).

Crimes previstos no Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

Direito Processual Penal

Princípios gerais e constitucionais do processo penal.

Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas.

Fontes e Interpretação da Lei processual penal.

Persecução penal.

Inquérito policial, Termo circunstanciado de ocorrência.

Comissão parlamentar de inquérito.

Investigação criminal promovida pelo Ministério Público. Outras formas de investigação.

Arquivamento de inquérito.

Denúncia.

Sujeitos do processo: do juiz, do Ministério Público, do acusado e defensor, dos assistentes e auxiliares da Justiça.

Impedimentos e suspeições.

Atos processuais: comunicações, citações, intimações e notificações.

Decisões interlocutórias.

Audiência de custódia.

Audiência de instrução.

Sentença: tipos, estrutura, efeitos.

Fixação da pena.

Jurisdição e competência.

Crítérios de determinação e modificação de competência.

Perpetuatio Jurisdictionis.

Incompetência.

Conexão e continência.

Das questões e processos incidentes.

Medidas assecuratórias: sequestro, hipoteca legal e arresto.

Incidentes de falsidade e de insanidade mental do acusado.

Restituição das coisas apreendidas.

Perdimento de bens.

Alienação antecipada de bens.

Da prova: conceito, princípios, finalidade, objeto, meios, espécies, ônus, procedimento probatório, limitações constitucionais das provas, sistemas de apreciação.

Interceptação de comunicações telefônicas e do fluxo de comunicações em sistemas de informática e telemática.

Quebra do sigilo fiscal, bancário e de dados.

Da prisão em flagrante.

Prisão temporária.

Prisão preventiva.

Prisão domiciliar.

Medidas cautelares diversas da prisão.

Liberdade provisória.

Fiança.

Ação penal.

Processo e procedimento.

Pressupostos processuais.

Formas procedimentais.

Procedimento comum ordinário.

Procedimento comum sumário.

Procedimentos Especiais: do Tribunal do Júri,
nos crimes de abuso de autoridade,
nos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos,
nos crimes contra a honra,
nos crimes contra a propriedade imaterial,
nas restaurações de autos extraviados ou destruídos.

Das nulidades.

Dos recursos.

Recursos especial e extraordinário.

Coisa julgada.

Revisão criminal.

Habeas corpus.

Mandado de segurança.

Execução Penal.

Competência.

Execução das penas privativas de liberdade, restritivas de direito e das medidas de segurança.

Regimes de cumprimento da pena.

Juizado Especial Criminal (Lei nº 9.099/1995).

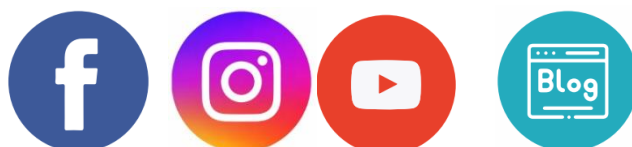
Interceptação telefônica (Lei nº 9.296/1996).

Lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores (Lei nº 9.613/1998).

Proteção a testemunhas (Lei nº 9.807/1999).
Organizações criminosas (Lei nº 12.850/2013).
Violência doméstica (Lei nº 11.340/2006).
Lei Antidrogas (Lei nº 11.343/2006).
Lei Anticrime (Lei nº 13.964/2019).

CANAIS

Já nas redes sociais, você pode contar com o nosso apoio em canais atualizados diariamente, oferecem notícias completas e conteúdos direcionados sobre concursos de todo o Brasil. Fique ligado!



BONS ESTUDOS!